

Revisitando a História da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência

Talamira Taita Rodrigues Brito¹

Ana Maria de Oliveira Cunha²

Resumo: O sentimento de Universidade no Brasil emerge na medida em que o ideal republicano nasce no final do século XIX. Os modelos francês, alemão e norte-americano serão as inspirações que o Brasil terá para compor seu sentimento de Universidade. Acreditando que esses modelos revelam possibilidades de se compreender os caminhos trilhados pelo Brasil no desdobrar de seu projeto de universidade é que lançamos como objetivo deste trabalho mostrar o resultado dessas buscas sobre o ideal universitário brasileiro e como isso constitui o que temos de políticas de criação, autonomia e docência nessa instituição.

Palavras-chave: Universidade no Brasil. Política de criação da Universidade. Autonomia. Docência.

Revisiting the History of University in Brazil: creation, autonomy and teaching policies

Abstract: The feeling of University in Brazil emerged along with the birth of the republican ideal in the late 19th century. The French, German and North

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e Doutoranda pela mesma instituição. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: taitabrito@bol.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora e Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: anacunha@rapidanet.com.br

American models served as the inspiration for Brazil to create its feeling of University. In the belief that these models reveal possibilities to understand the paths Brazil has traveled in developing its university project, our objective in this work is to describe the results of this quest for the Brazilian university ideal and how it constitutes what we have in terms of creation, autonomy and teaching policies in this institution.

Keywords: University in Brazil. University creation policy. Autonomy. Lecturing.

Notas Introdutórias...

Este texto é um desdobramento de uma discussão iniciada em nosso trabalho de mestrado, defendido em 2006. A pesquisa teve como proposta o estudo das representações de docência na Universidade e seus impactos na prática universitária – políticas para pesquisa, sala de aula, extensão, etc. No decorrer de nossas reflexões, foi preocupação nossa conhecer mais sobre a constituição da Universidade no mundo e no Brasil como instituição, uma vez que acreditávamos que as representações de docência estavam também conectadas às representações/construções de tal Universidade.

Com esse pensamento, elaboramos um capítulo que teve como propósito apontar o residual e o emergente na constituição da Universidade no Brasil, tomando-se por base o que temos construído sobre a Universidade Brasileira.

O objetivo desse artigo que ora apresentamos é mostrar o resultado dessas buscas sobre o ideal universitário brasileiro e como isso constitui o que temos de políticas de criação, autonomia e docência nessa instituição. Tomamos como referência os movimentos que deram origem a universidade no Brasil até a Lei da Reforma Universitária de 1968. Optamos por focar esse espaço de tempo por acreditar que, a partir desses movimentos históricos, alguns comportamentos foram se cristalizando nas ações e percepções contemporâneas dos sujeitos acerca da importância e valor social/político/econômico da universidade

no país. É importante lembrar que em nosso estudo enfatizamos mais a construção de sentimento de ensino superior e Universidade, com a intenção de entender melhor a ideia de docência que se ergue tendo como base as políticas públicas em torno da atividade do professor e suas possíveis consequências.

Com isso esperamos possibilitar uma revisita a uma questão posta historicamente aqui no Brasil e que depois de quase um século continua gerando espaços para tantos debates e confrontos. Perguntas como “que Universidade é esta?”, “quais foram as suas marcas e influências e como a docência se constituiu no dia a dia de fazer Universidade?” apontam para um grupo de respostas que procuraremos apresentar nesse artigo como possibilidade de ampliar nossos olhares sobre essa instituição tão antiga e ao mesmo tempo tão recente no contexto da Educação no Brasil.

Para tanto, o texto foi organizado em duas partes: a primeira apresenta algumas respostas às perguntas acima, tendo como orientação as publicações sobre o pensamento de Universidade no Brasil e a outra aponta nossos olhares sobre essas construções históricas – principalmente acerca da docência na universidade.

Uma tradição euro-norte-americana de Universidade no Brasil – influências inacabadas

A nossa universidade tem um traço bastante peculiar de ser influenciada por três tendências estrangeiras – o que dá para ela uma condição bastante diferenciada de outras histórias sobre universidade em outros países. A compreensão apontada no enunciado deste tópico de que a universidade no Brasil possui influências inacabadas de três modelos de universidade é nosso ponto de partida e de chegada. Acreditamos que no Brasil os modelos que iremos apresentar se fizeram presentes em momentos históricos da política brasileira e dessa maneira nunca chegaram às “vias de fato” de permanências de suas orientações por muitos anos a ponto de se tornarem tradicionais no Brasil.

A começar, os desdobramentos da Universidade na Europa e na América do Norte proporcionaram a legitimação de modelos filosóficos que se tornaram referências mundiais na constituição de tantas Universidades que se espalharam pelos vários continentes. Assim, os modelos clássicos alemão ou humboldtiano, francês ou napoleônico, inglês e americano, como apontado por Castanho (2000), marcaram a história da Universidade no mundo.

Nas obras de Cunha (2003; 1988; 1986; 1983), Fávero (2000), Teixeira (1999; 1998), Buarque (1996), Morosini (1994), Castanho (2000), Doria (1998) e tantos outros que vêm se dedicando a pensar a Universidade, o Brasil foi um dos países que notadamente sofreu a influência de tais sistemas universitários.

Cunha (1988, p. 15) afirma que, no Brasil, o ensino superior incorporou tanto os produtos da política educacional napoleônica quanto os da reação alemã à invasão francesa. Observando os movimentos dessas influências percebe-se que nas primeiras décadas do século passado (1910-1930), o ideário francês inspirou a educação superior, já que a característica mais acentuada em tais espaços formativos era a visão de uma Universidade voltada para a profissionalização e para a formação de carreiristas liberais. A pesquisa não era o foco de interesse nesse modelo de universidade.

A segunda influência, a alemã, já aparece a partir das críticas a essa Universidade, tecida no início da década de 30 deste mesmo século. A política do *livre pensar*, do fomento à pesquisa e do envolvimento da Universidade na vida política do país teve influência no Brasil, com Fernando de Azevedo, e marca a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934.

O modelo norte-americano de universidade – terceira influência, com o olhar voltado para uma profissionalização para atender à demanda de mercado, chega aos centros de formação superior com mais ênfase após a II Guerra Mundial, na medida em que os ideais norte-americanos se tornam mais próximos da realidade brasileira, junto à era desenvolvimentista e à Ditadura Militar.

Dessa maneira, refletir sobre a Universidade no Brasil – sua história, seu legado, seus problemas de existência ou de vocação, é algo que só pode se dar com maior amplitude na medida em que se observam as bases que orientaram os nossos modelos de universidade no florescer de seu desenvolvimento no século passado. Nesse sentido, essas análises se tornaram uma referência no entendimento da organização e constituição da docência na Universidade, que historicamente foi se solidificando sob a organização engendrada por tais inspirações. Assim, nas linhas seguintes apresentaremos algumas ideias sobre o ensino superior e a formação do espírito de Universidade no Brasil e ao mesmo tempo estaremos apontando os entremeios da docência nesse movimento.

Para iniciar, gostaríamos de apresentar uma citação de Teixeira (1999, p. 297) que evidencia um olhar crítico quanto à constituição do pensamento de universidade brasileira e seu legado:

O Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou Universidades pelas suas colônias – eram 26 ou 27 ao tempo da independência –, Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados às Universidades da Metrópole: Coimbra e Évora.

Nesse sentido, podemos dizer que o ideal universitário foi se constituindo aqui no Brasil de forma endógena, ou seja, foi na elaboração do pensamento de República Independente e da mudança na economia que a ideia de Universidade emerge distando, assim, das propostas de outros territórios colonizados que tiveram como marca principal a organização e implantação da Universidade, com vistas a reforçar o processo de colonização e formação de uma nova identidade.

Os motivos que levaram Portugal ao não investimento numa Educação Superior na Colônia Brasileira, segundo Cunha (2003; 1986), Fávero (2000), Doria (1998) e outros autores estão ligados diretamente ao receio de que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas, “especialmente a partir do século XVIII,

quando o potencial revolucionário do Iluminismo fez-se sentir em vários pontos da América” (CUNHA, 1998, p. 152), e ao fato de Portugal não ter um sistema universitário tão desenvolvido como a Espanha, o que dificultava o trânsito livre de docentes entre Portugal e sua Colônia.

Essa afirmação aponta uma diferenciação profunda de olhares sobre o papel da universidade para o desenvolvimento social/histórico/político de um país – enquanto para países de colonização hispânica, a universidade tinha como papel ajudar no processo de legitimação de uma nova cultura, o Brasil – colonizado por portugueses – percebe na universidade uma forma de ameaça ao processo de exploração.

Frente à situação da ausência de Universidade no Brasil, algumas iniciativas foram tomadas. Para Fávero (2000), podemos localizar a história da Educação Superior no país sob três dimensões: os Estudos Superiores introduzidos pelos Jesuítas através da Companhia de Jesus; as Escolas Superiores que emergem com a Reforma Pombalina e a Criação da Universidade, esta última, inicialmente por pensamentos privatistas e posteriormente por decretos federais.

Nessa transição entre a existência de educação superior atrelada à igreja e à criação da Universidade laica, um movimento intermediário, de certa maneira, será o anúncio da instauração de Universidade no Brasil, as chamadas Escolas Superiores.

Os cursos de Cirurgia na Bahia, Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro, ambos datados de 1808; a Academia Real da Marinha e Real Militar (1810); a Escola de Agricultura (1812); a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816); o curso de Química (1817), de Desenho Industrial (1818) e posteriormente os cursos jurídicos (Convento de São Paulo e Mosteiro de São Bento, em Olinda) e a primeira Faculdade de Filosofia do Brasil, fundada em 1908 no mosteiro Beneditino de São Paulo, podem ser considerados como os primeiros passos para a formação de uma consciência universitária no Brasil³.

Podemos afirmar com isso que o sentimento de Universidade aconteceu antes do início do século XX. Para Doria (1998), essas iniciativas de criação desses cursos, na verdade, tiveram como objetivo

³ Ver mais detalhes em Fávero (2000).

manter na ordem do desenvolvimento da época as oligarquias agrárias que por ora precisavam mudar e reproduzir o poder no sistema político. Então os herdeiros do poder precisavam se manter no mesmo padrão de desenvolvimento econômico da Colônia Portuguesa. E, a exemplo disso, o autor aponta nomes como Antonio Carlos Magalhães, Roberto Santos, Joaquim Gomes de Sousa, que fizeram nome na política brasileira, como frutos típicos da corporação burocrática que emergiu junto às cátedras nas Academias Brasileiras.

Nesse sentido, podemos afirmar que a necessidade de se ter estudos superiores no Brasil teve inicialmente uma intenção bem fechada e aristocrática. Se isso por um lado denunciou as verdadeiras intenções políticas da época a respeito da presença/ausência de Universidade no Brasil, por outro, confluuiu para o fortalecimento do movimento provocado por pensadores liberais a respeito da necessidade de se fazer presente o espaço universitário brasileiro como forma de organização política e intelectual num país que crescia rumo à democracia.

Bem verdade que os ditos positivistas da época, bem como o próprio Estado, resistiam à ideia de ter uma Universidade genuinamente brasileira, dificultando o processo de ampliação e mudança do regime que se tinha enquanto formação superior. Para Fávoro (2000, p. 33):

Da Colônia à República, há uma grande resistência à ideia de criação de instituições universitárias. Durante o período monárquico, mais de duas dezenas de projetos de criação de Universidades foram apresentados, e não lograram êxito. Mesmo após a proclamação da República, as primeiras tentativas também se frustraram.

Tanto que algumas iniciativas privadas ocorreram, como a criação da Universidade de Manaus (1909), São Paulo (1911), Curitiba (1912), que posteriormente foram extintas por não terem o apoio político e financeiro do Governo Federal.

Somente a Universidade do Rio de Janeiro⁴ (1920), segundo Romanelli (2001), assumiu o status duradouro de Universidade, pelo fato de ter sido criada sob autorização legal conferida pelo Presidente da República, Epitácio Pessoa. Nascida genuinamente da iniciativa pública, a mesma resultou da reunião das Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito.

É importante notar aqui que, para nossos autores de referência – Cunha, Fávero, Teixeira –, a forma de articulação e formação dessa Universidade serviria de “modelo” para as Universidades Federais que passaram a existir em seguida no Brasil: Minas Gerais (1927), e a do Rio Grande do Sul, em 1934. O que, para nós, aponta para a constituição de uma universidade fechada para as peculiaridades locais e necessidades regionais, se formos pensar no sentido controlador e ditador dessa prática – já ferindo naturalmente o sentido de autonomia diante do Estado.

Para Cunha (2000), a *forma débil* como tais Universidades foram organizadas denuncia a frágil autonomia dessas instituições, pois o Estado continuava nomeando seus diretores e controlando o orçamento nas faculdades – garantindo, assim, uma reitoria só de fachada. Os conselhos eram mais simbólicos do que efetivos, consagrando um lugar de dependência a essa recente instituição “autárquica”. As cátedras continuavam sob custódia do Estado, os currículos eram fixos, imutáveis e a forma de ministrar as aulas também.

Em nossa reflexão, essa plástica na constituição da ideia de Universidade Brasileira não foge em nada aos caminhos trilhados pela Universidade medieval. A autonomia pode ser considerada uma farsa frente ao controle do Estado/Igreja que é transversalizador à administração de seus objetivos e funções, e podemos ainda afirmar que a universidade é considerada como mantenedora do status/poder/localização social das classes que se formavam ao redor do modelo econômico que se ergueu no Brasil no início do século XX.

⁴ Esta Universidade nasceu da aglutinação de três escolas superiores existentes: Direito, Engenharia e Medicina, com função totalmente profissionalizante. Fávero (2000) e Cunha (1986) mostram que as Universidades tiveram como uma referência de articulação os antigos liceus – que nascem de agregação de aulas régias. A Universidade do Rio de Janeiro em 1927 passou a ser chamada de Universidade do Brasil.

Essa falsa autonomia da Universidade brasileira, desde então, bem como a facilidade de ter nessa Instituição uma aliada na perpetuação de um poder hegemônico por parte do Estado, cobraram desta um preço que virou o seu paradoxo: liberdade/autonomia, poder, produção de conhecimento, reconhecimento social. Na verdade, esse mesmo paradoxo passou a ser sua condição de existência no seu movimento, que, durante sua história, se fez valer tanto nos movimentos sociais (ao pensar numa universidade mais democratizada e autônoma diante do Estado) como nos movimentos da organização do Estado Brasileiro (tendo-a como uma aliada na forma de organizar politicamente o país).

A Reforma Rocha Vaz de 1925, que autoriza o funcionamento de outras instituições universitárias nos Estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, se respaldou nas mesmas condições e proposta da Universidade do Rio de Janeiro. Fávero (2000, p. 35) aponta que “para se organizar tais instituições, eram feitas as seguintes exigências: ser pautada no modelo da Universidade do Rio de Janeiro e possuir um patrimônio em edifícios e instalações das faculdades não inferior a três contos de réis”. Essa afirmação pontua que apesar de o Estado ter consciência das críticas feitas ao modelo apresentado por esta Universidade entre os anos de 1920 e 1925, esta continua sendo vista como um espaço de referência brasileira para a constituição de outras universidades. Isso retoma a ideia posta em parágrafos anteriores de uma autonomia atravessada pela intervenção estatal desde os primeiros anúncios de constituição da universidade brasileira.

Com a Revolução de 1930, o Ministério da Educação foi fundado, e a partir daí, algumas medidas foram tomadas em diversos setores da educação – inclusive na Educação Superior.

Em 11 de abril de 1931, foi baixado o Decreto de nº 19.851, que dispunha sobre a forma como o sistema universitário deveria se constituir. Esse decreto ficou conhecido como o Estatuto das Universidades Brasileiras, que estabeleceu os padrões de organização para as instituições de ensino superior em todo o país, universitárias e

não universitárias. Tal decreto veio acompanhado do Decreto nº 19.852 (de mesma data), que dispunha sobre a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro.

O que nos interessa saber sobre esse último decreto, é que mesmo a Universidade do Rio de Janeiro sendo reorganizada, a mesma permanece como antes: uma instituição voltada para o trabalho em sala de aula e para o preparo profissional, sem lugar para a investigação científica ou cultivo do saber desinteressado. Tanto que esta última vira uma realidade no sistema de Educação Superior no país, de forma efetiva, apenas a partir de 1945 com a chegada de professores de outros países especializados e com prática em pesquisa. A docência (a atividade do professor) aqui se refletia apenas na sala de aula.

Outro fato relevante foi a criação do Decreto de nº 20.179, de junho de 1931, que versava sobre o formato que as outras instituições de Educação Superior deveriam seguir para terem a chancela do Estado para seu funcionamento. Esse documento pode ser apontado como a materialização do controle do Estado sobre a Educação Superior, pois de acordo com ele todos os institutos interessados deveriam ter como exemplo as prerrogativas das Instituições Federais, que eram:

Ministrar em cada curso o ensino, pelo menos, de todas as disciplinas obrigatórias do curso correspondente de instituto federal congênere; exigir para admissão, no mínimo, as condições estabelecidas para ingresso em instituto federal; organizar os cursos e os períodos de regime didático e escolar idênticos aos de instituto congênere (FÁVERO, 2000, p. 37).

Essa afirmação nos leva a pensar que toda e qualquer iniciativa diferenciada que por ventura nascesse, naquele momento, contrária ao ideário federal, não teria possibilidade de ser desenvolvida. Tal decisão ocasionou alguns manifestos contrários que, segundo Fávero (2000), trazem à tona a insatisfação do pensamento católico, que além de fazer críticas severas ao *laicismo* do Estado, funda em 1932 o Instituto Católico de Estudos Superiores – embrião das Universidades Católicas do Brasil⁵,

tendo como seu representante Alceu Amoroso Lima⁶.

Cunha (2000, p. 163) nos apresenta uma reflexão muito serena a respeito dos acontecimentos da década de 1930, afirmando que: “nos cinco anos da era Vargas, desenvolveram-se no Brasil duas políticas educacionais, uma autoritária, pelo governo federal, outra liberal, pelo governo do Estado de São Paulo e pela prefeitura do Distrito Federal”.

Dessa maneira, sob a ótica do pensamento liberal, em 1934 é fundada a Universidade de São Paulo (USP), por meio de um Decreto Estadual. Os ideais políticos da então Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, nascida com a finalidade de constituir um grupo engajado com o crescimento científico e político para o país foram inspiração para o pensamento diferenciado dessa Universidade.

No mesmo tempo de sua criação, além de aglutinar os cursos que já existiam, Faculdade de Direito, Escola Politécnica, Escola Superior de Agronomia, Faculdade de Medicina e Escola de Veterinária, foram criadas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais e a Escola de Belas Artes, e outros que foram integrados à USP, tais como o Instituto de Educação, elevado à Escola Superior e agregado à USP como Faculdade de Educação. Essa faculdade, no pensamento de Fernando de Azevedo (membro fundador da USP), tinha como objetivo formar professores para o ensino secundário.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras desempenhou um importante papel para a organização interna “pedagógica” da USP, funcionando como o núcleo central de todos os cursos, no dizer de Fernando de Azevedo. Os alunos ingressos na USP deveriam passar primeiro por essa faculdade para aprenderem o que ele denominava de conhecimento básico sobre as humanidades e, posteriormente, seguiriam para a sua área profissionalizante.

⁵ Em 1940, nasce a Faculdade Católica, reconhecida em 1946. Ela foi a primeira universidade privada do país.

⁶ Alceu Amoroso Lima, conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Athayde, escreveu fervorosa crítica à Reforma Campos em 1931, de acordo com Fávoro (2000).

O quadro docente foi composto inicialmente por professores franceses, italianos e alemães. Durante o período de 1934 a 1942, trabalharam na Universidade 45 professores estrangeiros, mostrando o retrato de nossa história docente na academia, o que inclusive evidencia a baixa produção de mão de obra qualificada que se tinha até então, para atender a demanda de uma Universidade com vistas a galgar, além da sala de aula, também a pesquisa e a extensão.

Conforme Cunha (2000, p. 171), após o ano de 1945,

[...] a intensificação dos processos de industrialização e de monopolização, ao lado da emergência do populismo como instrumento de dominação das massas incorporadas à política, mas que escapavam do controle das classes dominantes, foram os primeiros fatores determinantes das mudanças no campo da educação escolar.

A expansão do público para ingresso aos cursos de formação superior foi consequência da ampliação do ensino secundário e a federalização de instituições privadas e estaduais que ora existiam de forma isolada, tornando-se a saída para o aumento do número de Universidades no país, bem como para o aumento de suas vagas.

Posterior a essas articulações e em meio aos movimentos políticos de época, como a derrocada do Estado Novo e a assunção da era desenvolvimentista no país, a ideia de modernização é apontada como forma de desenvolver e articular o crescimento científico.

A modernização (ou segunda fase da Universidade no Brasil) passava pela compreensão de que a Universidade precisava produzir conhecimento. Assim, a Pós-Graduação e a Pesquisa começavam a fazer parte da Universidade como algo concreto, impondo também um outro perfil de docente – aquele que além de manter-se na sala de aula (compreendida como atividade de Ensino), também deveria qualificar-se e familiarizar-se com a pesquisa (CUNHA, 2000).

Daí nasce a necessidade de se forjar um “docente-pesquisador”, aquele sujeito engajado com a vida da Universidade, da sociedade e da Ciência/Tecnologia. As primeiras impressões sobre esse docente-

pesquisador estão localizadas no seio da USP, uma vez que foi com base nela que os docentes contratados com experiência no exterior em pesquisa avançaram na formação de alunos predispostos a seguirem carreira na pesquisa e no magistério superior.

Nesse tempo, o governo de São Paulo já investia 0,5% de sua receita para fomento à pesquisa, o que de certa forma concorreu para um maior prestígio social desse docente engajado com o Ensino Superior e, em especial, com a pesquisa.

À contramão desse processo que acontecia na USP, alguns problemas passaram a existir com os pesquisadores alocados em alguns institutos paulistas, que não possuíam o mesmo prestígio social e financeiro dos que pertenciam à USP. A falta de maiores salários e investimentos por parte do governo fez com que tais pesquisadores se organizassem ocasionando, assim, a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948. A SBPC tinha por objetivo difundir a Ciência a fim de buscar apoio do Estado e da Sociedade, promover o intercâmbio entre cientistas de várias especialidades e lutar pela liberdade de pesquisa e pela verdadeira Ciência.

Esse movimento, entre os anos de 1950 e 1960, teve como resultado um intelectual coletivo, “um protagonista sempre presente nas políticas educacionais do país, fosse como proponente, como colaborador, fosse como crítico de tais medidas” (CUNHA, 2000, p. 174).

Foi em meio a essa efervescência política que acolhia a liberdade, a autonomia, o desejo por coesão, por consciência de grupo que a Universidade de Brasília (UNB) acontece, tendo como proposta manter junto à burocracia governamental uma reserva de especialistas de alta qualificação e criar um paradigma moderno para o ensino superior brasileiro.

Assim, segundo Cunha (2000), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) foi fundado em 1947 servindo de modelo para o que se entendia na época por modernização. A Universidade de Brasília foi fruto do movimento iniciado pela criação do ITA, e pela própria ideia advinda da transferência da sede de governo do país para o Centro-Oeste, com a criação da cidade de Brasília. Em 1962 ela inicia suas atividades, sob um regime diferenciado das demais federais, o *regime*

fundacional. A intenção era a de justamente impedir velhos/ novos vícios encontrados nas outras instituições organizadas sob regime autárquico, mas “já enrijecido por numerosos regulamentos e normas padronizadas” (CUNHA, 2000, p. 175).

Em obra anterior, Cunha (1983) tece análises de que a Universidade dessa época era crítica, marcada pela possibilidade de mudança, de produção. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi o ponto de partida/chegada para aqueles que planejavam repensá-la e, sucessivamente, a USP, o ITA, a UNB, podem ser apontados como peças-chaves da história da Universidade brasileira. Após a criação de uma estrutura psicológica coletiva sobre os rumos e desenvolvimento dessa Universidade Crítica, a Reforma Universitária passa a ser o próximo passo para a manutenção dessa utopia: a autonomia e liberdade de organização e de expressão.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) assumiu essa bandeira em 1961, junto aos professores, preconizando a quebra das barreiras entre as faculdades da mesma Universidade; criação de institutos de pesquisa; organização do regime departamental; trabalho docente e discente em tempo integral; extinção da cátedra vitalícia; estruturação da carreira docente tendo como orientação a formação destes através dos cursos de pós-graduação, de tempo de serviço e de realizações profissionais; remuneração justa aos professores e assistência aos estudantes, como bolsas, alimentação, alojamento e trabalho remunerado dentro da Universidade; e incentivo à pesquisa científica, artística e filosófica (CUNHA, 2000; GERMANO, 2000).

Tendo como referência tais aspectos, algumas Cartas⁷ passaram a apresentar variações acerca do formato original da reforma, por exemplo a extinção do vestibular, desistência da reivindicação da autonomia universitária – entendida como perigosa para a democratização da instituição e participação dos estudantes nas comissões de admissão e/ou demissão de professores, dentre outros aspectos.

Dessa maneira,

⁷ Tais cartas datadas de 1962 e 1963 foram resultados de reuniões entre estudantes que discutiam as razões da Reforma Universitária em vários pontos do país.

[...] à medida que o movimento pela reforma universitária se intensificava, com a expressão referindo-se a concepções cada vez mais distintas, o Estado passou a incorporar essa bandeira, acabando, depois do golpe militar de 1964, por arrebata-la completamente, redefinindo seu sentido para fazê-lo mero apoio para a modernização do ensino superior (CUNHA, 2000, p. 178).

Na verdade, podemos dizer que a reforma preconizada pelos alunos e professores recebeu uma nova roupagem quando o Estado se apropriou dela realizando, assim, uma *reforma da reforma*. Independente dos rumos que as Universidades Federais e Estaduais tomaram após a Reforma Universitária de 1968, por meio da Lei 5.540, que afetou toda a organização política e pedagógica desses espaços formativos, alguns aspectos pedagógicos (a concepção de se ensinar, pesquisar e estender tais estudos) e administrativos foram se constituindo e ganharam legitimidade junto aos professores, alunos e administradores de tais instituições – é o movimento contraditório da ditadura frente à realidade da Universidade.

A relação com o Ensino, a Pesquisa e posteriormente a Extensão⁸ como formas de manter a condição do fazer pedagógico; as condições de Dedicção Exclusiva e tempo integral para parte dos docentes; o incentivo à carreira docente com os cursos de Pós-Graduação a partir de 1970; a condição creditada à Universidade como um espaço de poder e formação de consciência política e profissional são frutos adquiridos ao longo de seu percurso no Regime Militar.

As mudanças ocorridas na estrutura interna da Universidade, a nosso ver, foram motivadas por duas forças antagônicas: aquelas que acreditaram na sua autonomia frente aos interesses do Estado e aquelas que, por saberem de sua força e de sua importância, tentaram condicioná-la a uma submissão. E essa relação é a fonte de suas contradições pela busca, ora pela autonomia, ora pelo poder.

⁸ Fávero (2000) pontua que a extensão universitária já era uma realidade desde 1930, porém praticamente era uma extensão elitizada; apenas médicos, engenheiros, advogados e outros profissionais liberais tinham acesso a tal proposta.

Após a Ditadura Militar, a partir da década de 1980, essa mesma Universidade foi protagonista do movimento pela democratização, pelo avanço nas pesquisas sobre a sociedade, sobre a educação, e em outros setores reafirmou sua importância, inclusive para ser consultada nas questões de vida cotidiana e política do país.

É claro que, como nos aponta Germano (2000), não se pode esquecer as mazelas da não democratização do ensino superior, não devem ser esquecidos os contrastes que essa ditadura proporcionou para a produção de política no país e na Universidade. Afinal, muitos professores foram exilados, tiveram aposentadorias compulsórias, assim como muitos alunos e professores desapareceram.

Como desdobramento da Ditadura no processo de organização do Ensino Superior e da sua docência, percebe-se que se antes havia um grupo coeso de docentes-pesquisadores comprometidos com o desenvolvimento do país, independente da área de atuação, com a pós-ditadura, o que restou foi uma profunda crise: de um lado professores em sala de aula e de outro os pesquisadores em seus laboratórios. As discussões sobre os rumos da educação superior, da carreira docente, bem como da tal falada autonomia, passaram a ser algo resumido para os idealistas e sindicatos envolvidos com o movimento.

Quanto às reflexões acerca do caráter da docência no ensino superior, encontrado nesse espaço de tempo de formação e implantação da Universidade no Brasil, alguns movimentos puderam ser observados: a cátedra, que consistia em ter uma autorização vitalícia concedida pelo Estado para criar uma área de conhecimento, foi a mola propulsora da atividade do professor por um longo espaço de tempo. Dentro dessa área o catedrático poderia formar seu grupo de trabalho com professores auxiliares. Observa-se que se de um lado foi esse processo que iniciou o movimento da carreira docente universitária, de outro, essa mesma cátedra proporcionou alguns desvios na condição dada ao professor auxiliar (aquele que iniciava sua vida acadêmica), pois o mérito não era a condição para ocupar tal cargo e sim a amizade ou a prestação de favores (DORIA, 1998). Uma pequena mudança nesse sistema se dá

quando o Estatuto das Universidades propõe concursos para ocupar tais cátedras.

Com a Lei 5.540/68, as cátedras foram extintas. A partir daí outra dinâmica assegura a organização da carreira docente e do trabalho do professor. O concurso público de provas e títulos assume os contornos da vida universitária.

A essa altura, a inspiração acerca do modelo de Universidade brasileira já se encontrava submerso sob várias tendências, principalmente com a predominância do sistema norte-americano de pensar o conhecimento e a Universidade como espaços ligados diretamente ao mercado.

Foi sob essa influência que as Faculdades de Ciências Humanas e Letras foram destituídas de seu grau de importância no movimento de formação dos estudantes, promovendo, de acordo com Germano (2000), uma outra organização interna universitária: agregação dos departamentos em alguns poucos centros, reunião dos departamentos em número maior de institutos, faculdades ou escolas, ligação dos departamentos diretamente à administração superior, sem instâncias intermediárias, superposição de centros às faculdades, aos institutos e às escolas e, a criação dos *campi* universitários⁹.

Quanto aos desdobramentos dessas tendências no movimento mais contemporâneo de Universidade, à guisa de curiosidade, observamos no trabalho de Castanho (2000) que foi considerando a Universidade como um espaço representativo frente aos interesses do Estado Nação, que novos modelos foram forjados. O primeiro, como reflexo da ideia de Estado Nacional, oriundo do pensamento clássico capitalista, que o autor denomina Modelo democrático-nacional-participativo:

[...] democrático porque, à semelhança do que se passava no entorno político, a Universidade deveria definir-se como um espaço da livre manifestação do espírito; nacional porque, da mesma maneira como o restante da sociedade se aglutinava em torno do Estado Nacional para a tarefa do desenvolvimento, assim também a Universidade deveria ser um espaço para

⁹ Tanto nos trabalhos de Cunha (2003), como no de Germano (2000) observamos que ambos afirmam que esse tipo de organização do espaço físico universitário conflui intencionalmente para a desarticulação política docente e discente.

que a cultura nacional se manifestasse e se produzisse em nível superior; e participativo porque seria na própria prática da vida universitária que se formariam gerações capazes de compreender, assumir e empreender as mudanças necessárias para o desenvolvimento. Em outras palavras, seria exercitando-se na prática da participação intra-universitária que se preparariam os quadros para levar à frente o desenvolvimento nacional (CASTANHO, 2000, p. 32).

Essa tendência não afligiu países como Portugal e Espanha em razão da situação política em que cada um se encontrava em particular, mas no Brasil, esse modelo democrático-nacional-participativo foi forjado. Mesmo não sendo cristalizado integralmente pela LDB de 1961, este representou o “próprio espírito da vida universitária no período. O modelo não obteve guarida senão parcial na lei, mas foi vivido inteiramente na Universidade” (CASTANHO, 2000, p. 33).

O fortalecimento do neoliberalismo a partir da década de 80 do século passado, que por sua vez gerou o enfraquecimento do Estado Nacional e de sua estrutura pública estatal, fez prover questionamentos sobre a função e finalidade da educação pública e gratuita e do estado como mantenedor desses espaços. A Universidade, então, se vê novamente na berlinda.

O modelo neoliberal-globalista-plurimodal foi apontado por Castanho (2000) como uma forte tendência em projeção. Tal modelo depõe a favor da forma mais elaborada que o capitalismo atingiu nas últimas décadas. E nos Estados Unidos isso já é uma realidade. Para o autor, o modelo consiste em considerar a Universidade:

[...] neoliberal porque se orienta não mais para as necessidades da nação, mas para as exigências do mercado; porque se vê como um empreendimento como tantos outros, sendo preferível que sua iniciativa seja privada, não pública [...] porque passa a se definir como um espaço onde o indivíduo busca instrumentos para o seu sucesso e não onde a sociedade habilita indivíduos para o seu serviço. [...] globalista porque é o mundo que importa e não mais a nação, [...] porque sua pesquisa já não é voltada para o homem completo que vive nas suas cercanias, mas para a

informação acessível na grande rede de computadores interligada planetariamente. [...] Agora a Universidade passa ser plurimodal, ou seja, como Proteu, ela assume mil formas, tantas quantas as necessidades do mercado e da integração dos mercados exigirem (CASTANHO, 2000, p. 36).

Nesse sentido, percebemos que para cada momento histórico da economia, modelos de universidades são pensados, gestados por políticas públicas e implantados por grupos de interesses diversos. Talvez a autonomia por parte de seus sujeitos tenha sido uma ilusão proposital para se fazer valer os interesses do Estado nesse processo de aprimorar sua forma de controle social. Percebendo assim, a Universidade tem feito muito bem o seu papel. Resta saber se é isso que fará dela um espaço de criação de novas formas de conceber a sociedade e as relações entre/com sujeitos.

Alguns comentários

Tivemos como proposta inicial de reflexão responder a três perguntas: que Universidade é esta? Quais foram as suas marcas e influências? E como a docência se constituiu no dia a dia de fazer Universidade?

Tentar responder a estas perguntas nos mostrou o grau de complexidade que temos instituído na história da universidade brasileira. A realidade de nossa Universidade, de uma maneira geral, é a de uma instituição com várias marcas (francesa, alemã e americana), nascida sob vários olhares de fora. Nota-se que essas influências caminharam de acordo com as conveniências de cada época política do país, o que nos possibilita afirmar que esses modelos de certa forma não foram de fato implementados, vez que consideramos que um processo de implementação de uma proposta ou de uma forma de perceber a universidade pressupõe políticas a longo prazo.

O professor universitário aqui começa a figurar com um papel de prestador e receptor de favores – no regime de cátedras, posteriormente como um sujeito ativo na organização do ideal de universidade autônoma e, durante a ditadura militar, uma ameaça à ordem estabelecida. Nesse

sentido, sua docência vai se constituindo na medida em que a sala de aula, assim como a pesquisa e a extensão vão se materializando no dia a dia da vida universitária, diga-se de passagem, de acordo com as tendências aqui implantadas.

Acreditamos que ao longo desse processo de construção de um sentimento sobre Universidade brasileira, torna-se válido pensar que as influências de fora já deram sua contribuição como fontes de inspiração. É chegada a hora de se propor uma Universidade que seja respeitada em seu tempo histórico, em suas condições políticas e econômicas. Parece até romântico pensar que essa Universidade deve ser gestada em uma base nacional que vá em direção contrária ao que o Velho Continente, ou até mesmo às influências da América do Norte vêm indicando e movimentando mediante seus tratados e suas tendências. Porém, seria uma felicidade pensar em forjar a nossa tradição de Universidade.

A Universidade que temos na atualidade é tão somente fruto dessas relações tecidas ao longo da história da educação brasileira. A forma com a qual lidamos no dia a dia do fazer Universidade é a maneira que temos de repensá-la, questioná-la, reorientar os olhares em torno dela.

Hoje a Universidade se move para repensar sua prática ou repensarem por ela: atender ao mercado, ao Estado, ao ideal utópico de sua existência – sua autonomia. E sua liberdade de ser e estar na sociedade é o que de fato se questiona. Uma nova reforma tem sido pensada¹⁰. Os protagonistas da história são os mesmos: comunidade, sociedade, Estado e capital.

Vários encontros nacionais e internacionais¹¹ têm sido promovidos em prol de pensar essa instituição. As dúvidas, certezas, inspirações, lutas e vozes não param. Esse tecer é o que vem movendo

¹⁰ Essa reforma parte do Modelo neoliberal de economia, que vem priorizando a iniciativa superior privada e negando as Universidades públicas existentes, bem como sua expansão. Aqui no Brasil, desde o ano de 1996, mobilizações e discussões estão acontecendo em prol dessa Nova Reforma. Ver maiores informações em: www.mec.gov.br.

¹¹ Em 1998, ocorreu em Paris um encontro internacional: Conferência Mundial sobre Educação Superior, que teve como resultado a confecção do documento “Visão e Ação: a Universidade no século XXI”. Em 1999, um acordo conhecido como Tratado de Bolonha foi feito em 29 países do velho continente. Esse tratado é uma aliança entre tais países para unificar os conteúdos e currículos das Universidades com a finalidade de tornar a Europa mais competitiva no mercado de trabalho internacional. Ver mais em: www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=12054.

as possibilidades de se pensar o docente, o discente e a tendência dos rumos dessa instituição tão recente no Brasil.

Referências

BUARQUE, C. *A aventura da universidade*. 2. ed. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CASTANHO, S. E. M. A universidade entre o sim, o não e o talvez. In: VEIGA, I. P. A.; CASTANHO, M. E. L. M. (Org.). *Pedagogia universitária: a aula em foco*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 1. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CUNHA, L. A. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. (Coleção Educação em Questão).

_____. *A Universidade temporã: da colônia à era de Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. *A Universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. (Coleção Educação em Questão).

_____. Ensino superior no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 151-204 (Coleção Historial, 6).

DORIA, F. A. *A crise da universidade*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

FÁVERO, M. L. *Universidade e poder*. 2. ed. rev. Brasília: Plano, 2000.

GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MOROSINI, M. C. *Universidade no Mercosul*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

TEIXEIRA, A. *A universidade de ontem e de hoje*. Organização e introdução: Clarice Nunes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. (Coleção Universidade).

_____. *Educação no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

Recebido em: 18/6/2008

Aprovado em: 20/1/2009